

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O MODELO DE ECONOMIA PRÉ-CAPITALISTA NO
BRASIL SEGUNDO CELSO FURTADO**

VITOR SOARES DA SILVA
Matrícula: 106022190

Orientador: Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O MODELO DE ECONOMIA PRÉ-CAPITALISTA NO
BRASIL SEGUNDO CELSO FURTADO**

VITOR SOARES DA SILVA
Matrícula: 106022190

Orientador: Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO

O trabalho focaliza a interpretação realizada da obra de Celso Furtado acerca do modo de produção praticado no Brasil nos períodos pré-industriais, ilustrado pelos ciclos econômicos duais redefinidos pelo autor.

Em primeiro lugar, é feita uma breve apresentação da biografia de Furtado, assim como da contextualização histórica que o levou a escrever sua principal obra, “Formação Econômica do Brasil”, cuja temática também será brevemente comparada a de outros teóricos de renome que pensaram acerca da formação econômica e social do país.

A revisão histórica dos ciclos econômicos redesenhados pelo autor é utilizada como instrumento para a análise do modelo a ser aprofundado ao longo dos capítulos: em seguida ao capítulo introdutório, cada capítulo será dedicado à apresentação de um eixo definidor da condição de pré-capitalismo no Brasil nos períodos coloniais.

A saber, os três eixos definidores dessa análise englobam a conjuntura geopolítica do país, marcada pela subordinação ao capitalismo global em desenvolvimento, a estrutura produtiva balizada pelo dualismo econômico e, por fim, os fluxos de renda, que tendem à concentração e dependência externa.

Estudando as contribuições de Celso Furtado, relacionadas à formação econômica do Brasil, será analisado, portanto, o conjunto de fenômenos econômicos que, na análise furtadiana, são definidores de uma situação de pré-capitalismo no Brasil.

ÍNDICE

Introdução	6
Capítulo I – Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil	7
I.1 Breve Ensaio Biográfico	7
I.2 FEB e seu Contexto Histórico	9
I.3 Furtado e os Teóricos Correlatos	11
<i>I.3.1 Do “Sentido da Colonização”</i>	11
<i>I.3.2 O Empirismo de Fragoso e Florentino</i>	13
<i>I.3.2 Breve Análise Comparativa</i>	15
Capítulo II – A economia colonial brasileira como periferia do capitalismo global	18
II.1 Notas Introdutórias	18
II.2 Revisão Histórica	19
<i>II.2.1 Do esboço do processo histórico de Furtado</i>	19
<i>II.2.2 A Ocupação Portuguesa</i>	20
<i>II.2.3 O Ciclo do Açúcar</i>	21
<i>II.2.4 O Ciclo do Ouro</i>	23
<i>II.2.5 O Ciclo do Café</i>	24
II.3 Características da Análise Furtadiana	26
<i>II.3.1 O Modelo Econômico de Furtado</i>	26
<i>II.3.2 Análise Comparativa e Desenvolvimento</i>	27

Capítulo III – A Estrutura Produtiva dos Ciclos Econômicos.....	31
III.1 Análise Comparativa entre as Colônias.....	31
<i>III.1.1 A Empresa Colonial Espanhola.....</i>	<i>32</i>
<i>III.1.2 Colônias do Norte dos EUA.....</i>	<i>34</i>
III.2 Dualismo Econômico nos Ciclos.....	36
<i>III.2.1 Setor Escravista Açucareiro.....</i>	<i>36</i>
<i>III.2.2 Complexo Nordeste.....</i>	<i>38</i>
<i>III.2.3 Economia Escravista Mineira.....</i>	<i>39</i>
<i>III.2.4 Café e Mudança no Regime de Trabalho.....</i>	<i>41</i>
III.3 Transformações e Desenvolvimento.....	42
<i>III.3.1 Pensamento Econômico Furtadiano.....</i>	<i>42</i>
<i>III.3.2 Independência e Industrialização.....</i>	<i>43</i>
Capítulo IV – Fluxos de Renda.....	45
IV.1 Inversões e Consumo em uma Economia Escravista.....	45
<i>IV.1.1 Análise Comparativa entre Inversões.....</i>	<i>46</i>
IV.2 O Fluxo de Renda nos Grandes Ciclos	47
<i>IV.2.1 Ciclo Açucareiro.....</i>	<i>47</i>
<i>IV.2.2 Ciclo do Ouro.....</i>	<i>50</i>
<i>IV.2.3 Ciclo do Café.....</i>	<i>51</i>
IV.3 Considerações Finais.....	54
Conclusão.....	56
Referências Bibliográficas.....	57

INTRODUÇÃO

O enfoque do trabalho remeterá à interpretação realizada ao longo da obra de Celso Furtado acerca do modo de produção praticado no Brasil nos períodos pré-industriais, tendo em vista todos os seus quadros de subdesenvolvimento.

Para contextualizar a temática central a ser proposta, será realizada uma breve introdução da trajetória do autor, com espaço para uma pequena análise comparativa com outros teóricos que também pensaram acerca da formação econômica e social do Brasil.

Tendo como base os livros “*Formação Econômica do Brasil*” e “*A Economia Brasileira*”, será feita uma análise do modelo de economia pré-capitalista no Brasil desenvolvido por Furtado, do qual se poderá constatar a presença de três eixos fundamentais para sua definição, os quais serão aprofundados, respectivamente, em cada capítulo deste trabalho.

A saber, os três pilares para a construção dessa análise englobam a conjuntura geopolítica do país, marcada pela subordinação ao capitalismo global em desenvolvimento, a estrutura produtiva balizada pelo dualismo econômico e, por fim, os fluxos de renda, que tendem à concentração e dependência externa.

Tendo em vista a facilitação dos entendimentos, para ilustrar tal análise, nosso estudo recorrerá à revisão histórica dos ciclos econômicos constatados na formação econômica do país.

Ao realizar abstrações racionais de tais fenômenos econômicos, associadas à reconstrução histórica do processo de formação econômica do país, o autor deflagra as condições marcantes da situação de pré-capitalismo no Brasil.

Destaca-se a concepção de um importante entendimento, seja ele a inserção do país à história global, ao se relacionar o nascimento do Brasil, e sua respectiva formação econômica, como parte de um processo de desenvolvimento e expansão da Europa, o que veremos ao longo do trabalho.

CAPÍTULO I – CELSO FURTADO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

I.1 Breve Ensaio Biográfico

Quando se pensa nos principais economistas brasileiros do século XX, certamente o nome de Celso Furtado virá à mente de todos os acadêmicos, independente de sua inclinação ideológica.

A contribuição de Celso Furtado, ao tratar da análise das origens do (sub) desenvolvimento da nação brasileira é extremamente notória, tornando o estudo de sua obra mais famosa, Formação Econômica do Brasil, essencial para a formação de novos economistas e pensadores sociais de nosso país.

Furtado nasceu em 1920 no interior da Paraíba, e em 1939 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Universidade do Brasil. Em 1943 já começou sua carreira como servidor público, como técnico administrativo de um órgão do governo do estado.

Cursou graduação em Direito e tornou-se um acadêmico com inclinação humanista, sempre preocupado em relacionar o estudo da economia com uma análise profunda do contexto histórico e sociológico das matérias em questão. “Furtado já era ‘multidisciplinar’ antes que este adjetivo ganhasse a importância que assumiu hoje em dia” (PIRES, 2010).

Após concluir o curso de Direito, Furtado, que à época já havia se alistado no serviço militar, foi convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira, sendo mandado para a Segunda Guerra Mundial na Itália em 1945, tendo por lá permanecido por mais de 6 meses.

Ao fim do ano seguinte, já após ter retornado ao Brasil, voltava à Europa, para se inscrever no programa de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne (MENDONÇA, 2010).

Sua tese de doutorado em economia na Sorbonne, “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”, em 1948, já nos mostra a preocupação do autor em analisar os fatores econômicos de ocupação do território brasileiro para melhor entender a formação histórica do que se firmou no país. A presença de um historiador, Maurice Byé, na orientação de sua tese, demonstra desde já a intenção da utilização da história como instrumento na análise furtadiana (PIRES, 2010).

Seus trabalhos nesta tese o renderam a possibilidade de ingressar no escritório da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) no Chile, ao lado de Raul Prebisch, economista argentino de renome internacional, contemporâneo de ideias e principal fonte de inspiração para as primeiras obras de Furtado.

Segundo Bernardo Ricupero, Furtado, na CEPAL, foi capaz de combinar suas primeiras preocupações acerca da formação da economia brasileira com as teses que vinham sendo desenvolvidas neste ambiente de debate e de questionamento ao *mainstream* presentes até então na disciplina econômica.

Ricupero nos diz, baseado em Joseph L. Love, que estariam lançadas as bases para o pensamento estruturalista de Furtado:

“(...) a Cepal começara a chamar a atenção para o “falso senso de universalidade” da teoria econômica elaborada nos países desenvolvidos. O progresso técnico não se difundiria de maneira linear do “centro” à “periferia” da economia mundial. Ao contrário do que sugerira David Ricardo em relação às “vantagens comparativas” provindas da divisão internacional do trabalho, haveria uma “deterioração dos termos de intercâmbio”, entre as matérias-primas, produzidas na periferia, e as manufaturas, originárias do centro. Ou seja, o desenvolvimento não seria um processo único e inevitável, mas desigual (e não combinado)” (RICUPERO, 2005).

Foi na CEPAL, ao ter maior contato com uma maior base de informações e dados econômicos sobre a América Latina, que Furtado constatou que o atraso do Brasil era flagrante até em comparação com outros países da própria América do Sul. Tal fato o instigou no seu trabalho de investigação das raízes do subdesenvolvimento brasileiro, e ele estava convencido de que as reais causas desta situação de atraso encontravam-se na história.

“Tudo isso me chocava mas também constituía um desafio. Será que nosso povo era realmente inferior, como muita gente pensava fora e dentro de nosso país? Que explicação poderia haver? Como já haviam sido desacreditadas as teorias de inferioridade de raça e inadequação de clima, voltei-me para a história” (FURTADO, 1998)

A partir de sua tese de doutorado, o autor teve de fato, na CEPAL, o contato com as ideias que seriam as principais norteadoras de seus posteriores trabalhos. No Brasil, a essa época, efervescia um grande polo de debates entre as embrionárias teorias cepalinas e os grupos liberais, liderados sob a figura de Eugênio Gudin.

Este debate, enriquecido pela visita do Professor Ragnar Nurkse, da Universidade Columbia, aprofundou a discussão sobre o desenvolvimento, e rendeu a Furtado um artigo publicado pela Revista Brasileira de Economia em 1952 (MENDONÇA, 2010).

Seguindo esta linha de pensamento, Furtado escreveu “A Economia Brasileira” em 1954, livro dedicado a Prebisch, que fora custeado de seu próprio bolso, e teve pouca saída à época (BARBOSA, 2009), o que, inclusive, dificultou em muito nosso acesso a ele.

Tal obra, no entanto, viria a ser um ensaio de “Formação Econômica do Brasil” seu principal livro, publicado em 1959, e escrito entre 1957 e 1958, temporada em que o autor esteve no King’s College de Cambridge, a convite de Nicholas Kaldor, no contato com grandes economistas keynesianos como Sraffa, Garegnani, Robinson, dentre outros.

Posteriormente, já de volta ao Brasil, Furtado reassume sua figura de homem público, sendo convidado para compor a diretoria do então BNDE, para mais tarde, vir a assumir a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de onde só sairia quando do Golpe Militar de 1964.

Antes disto, em 1963, quando do retorno de João Goulart ao comando do executivo sob o regime presidencialista, foi nomeado pelo presidente para assumir o Ministério Extraordinário do Planejamento, e designado para executar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, elaborado no ano anterior.

Marina Gusmão de Mendonça nos apresenta que o Plano Trienal tinha como objetivo principal uma política de contenção das pressões inflacionárias da época, mas que fosse capaz, concomitantemente, de promover desenvolvimento econômico, através de diversas reformas econômico-institucionais, que propunham redução das desigualdades regionais (MENDONÇA, 2010).

Tamancas mudanças estruturais propostas implicaram alto índice de rejeição por parte da elite nacional, e a execução do plano ficara comprometida, sobretudo diante da intransigência às medidas anti-inflacionárias por parte dos setores políticos da época. Mendonça nos diz que “A derrota do Plano Trienal levou Furtado a voltar à SUDENE”

(MENDONÇA, 2010), por onde permaneceu até o golpe militar, quando teve seus direitos políticos cassados.

I.2 – FEB e seu Contexto Histórico

Ao mesmo tempo em que Formação Econômica do Brasil pode ser considerada uma das maiores referências acadêmicas acerca do processo histórico de formação do país, podemos notar que a obra também teve a manifesta intenção de ser direcionada aos homens públicos da nação à época (BARBOSA, 2009).

O próprio Furtado entendia que a publicação deste livro contribuiu para a valorização da atividade política do país, e “poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste” (FURTADO, 1997). De acordo com Pires (2010), o trabalho de Furtado pode ser considerado:

“(...) uma das principais obras que ajudam a compreender o sentido de nossa formação nacional, o que coloca seu autor em pé de igualdade com Capistrano de Abreu, Gilberto Freire, Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré e Euclides da Cunha” (PIRES, 2010).

FEB foi escrito num momento em que o país passava por transformações, mas que estas não eram capazes de reverter o baixo grau de desenvolvimento da nação – daí constata-se a importância da adequação das análises propostas no livro com a busca por explicações pela realidade da época.

Num contexto de amplo debate sobre o desenvolvimentismo e sobre as reformas de base, surge um livro capaz de, se não responder, aprofundar as reflexões dos grandes pensadores e tomadores de decisão do país. Segundo Barbosa (2009),

“Furtado soube captar o espírito de sua época. Prova de que um grande escritor ou cientista não é aquele que está “à frente do seu tempo”, mas justamente aquele que o vive em toda a sua plenitude, resguardando certo distanciamento que lhe permite interpretá-lo” (BARBOSA, 2009).

Nota-se uma preocupação de Furtado em, diante da turbulência que afetava a vida política do Brasil ao fim da década de 50, mensurar seu discurso, mantendo um tom polido e pouco enérgico, de modo a evitar ser acusado de esquerdista ou populista num momento de efervescência no debate político.

Constatamos essa preocupação ao notarmos a frequência do emprego de termos técnicos e acadêmicos ao longo da obra, onde o autor preocupa-se em apresentar dados e números, a despeito da falta de base de dados e informações confiáveis sobre a economia brasileira à época.

Outrossim, deve-se encarar a carência de informações precisas como fator limitador do modelo de Furtado, o que faz com que a valorização de sua obra se dê na análise da sua forma global, enfatizando-se a historiografia e sociologia presentes. Mesmo assim, Barbosa (2009) nos revela que as estimativas de Furtado ao longo do livro se davam de maneira coerente:

“Os dados que manuseava eram sobremaneira limitados. Mas ele lidava com números como quem buscava novas hipóteses ou a refutação das antigas, não como quem corria atrás de certezas. Em exercício realizado no capítulo 25 de Formação econômica do Brasil, ele chega a um crescimento médio anual de 1,5% para a renda per capita “nacional” entre 1872 e 1900. Uma rápida checada nos dados produzidos várias décadas depois por Angus Madison com os equipamentos mais refinados da estatística econômica (ver o artigo Brazilian economic performance since 1500: an overview), revela que as simulações de Furtado faziam sentido” (BARBOSA, 2009).

Tais simulações e hipóteses apresentadas ao longo da obra nos mostram também que o autor foi cuidadoso ao não se perder em um nível de abstração e generalidade que limitassem o real entendimento de suas propostas, como o próprio declarou:

“Diante de um tema tão vasto como era a formação da economia brasileira, sabia que seria difícil manter o mesmo nível de abstração ou grau de generalidade, razão pela qual inclinei-me a pintar um vasto afresco, onde cada segmento estruturado teria o valor de uma sugestão, de um convite para que o leitor continuasse pensando com sua própria cabeça. O importante era estimular outras pessoas a aprofundarem a investigação. O livro

seria uma coleção de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas”
(FURTADO, 1997).

Observamos, portanto, que Furtado não teve a intenção de propor um modelo fechado da formação da economia brasileira – a partir de cada ciclo econômico redesenhado por ele ao longo da obra, o autor oferece um caminho lógico a ser seguido pelo leitor. O que tentaremos abordar ao longo deste trabalho será a análise de exatamente um destes caminhos em que se pode aprofundar, tal qual a condição de pré-capitalismo da economia colonial brasileira exposta ao longo das construções teóricas e históricas de Furtado.

I.3 – Furtado e os Teóricos Correlatos

Obviamente, Celso Furtado não foi o único a pensar acerca da formação econômica do Brasil, e uma breve análise de outros teóricos importantes desta linha de pensamento enriquecerá o presente trabalho.

Tarefa difícil seria enumerar quais autores de relevância poderíamos destacar nesta temática – logo, vamos nos limitar a cinco formuladores de modelos que analisaram a forma de colonização em nosso país: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Fernando Novais e João Fragoso e Manolo Florentino.

O principal foco da análise comparativa a ser proposta será o “sentido da colonização”, tema que se enquadra perfeitamente à temática central aprofundada ao longo deste trabalho, e que vai de encontro à análise do processo de acumulação nos períodos pré-industriais no Brasil.

I.3.1 – Do “Sentido da Colonização”

É importante ressaltar que utilizaremos, como representativa dos interesses e objetivos de Portugal na prática da colonização, a palavra “sentido” da colonização, mesmo que esta seja vista por diversos teóricos como sendo de propriedade apenas dos modelos de Caio Prado Jr, Celso Furtado e Fernando Novais. Logo, usaremos esta denominação no

sentido literal da palavra, sendo esta não incorporada de significados já desenvolvidos no meio científico.

A temática do sentido da colonização será encarada, basicamente, de duas maneiras possíveis, sendo estas representadas por dois diferentes focos que conseguimos apontar dentre os autores delimitados.

O primeiro, no qual enquadramos Sérgio Buarque de Holanda e João Fragoso e Manoel Florentino, é o de reprodução do modo de vida europeu, propondo um sentido de continuidade da estrutura social aristocrática portuguesa no Brasil.

A acumulação proveniente das atividades econômicas, portanto, ocorreria de forma endógena, tendo como motivo principal a manutenção de uma sociedade altamente hierarquizada (FRAGOSO e FLORENTINO, 1993).

A diferença interna entre os autores está no fato de que para o primeiro, o “sentido” se baseava na aventura, sendo a empresa brasileira à época liderada pela cordialidade, que seria a não racionalidade, enquanto para os outros dois, o “sentido” da colonização seria a acumulação de forma endógena – através de práticas comerciais que alimentavam a reprodução e a manutenção de um determinado modo de vida, convencionado por eles como sendo o arcaísmo presente na sociedade portuguesa, ao qual se tentaria dar continuidade na colônia.

Já o segundo foco, apresentado por Caio Prado Jr, Celso Furtado e Fernando Novais, nos coloca que o período colonial, longe de possuir dinâmica própria, “faz parte de um processo histórico de consolidação do capitalismo enquanto um sistema mundial, processo esse que tem o capital como um sujeito automático” (TEIXEIRA, 2006).

Em outras palavras, a economia colonial seria apenas uma periferia do capitalismo, onde não são usados métodos tão característicos do modo de produção capitalista, mas que tem como objetivo a extração do excedente para que se financie a acumulação de capital das metrópoles. As colônias, portanto, apresentavam grande poder geopolítico, e sua ocupação deu-se por questões de comércio externo (TEIXEIRA, 2006).

É possível perceber, na obra de Celso Furtado, uma aproximação ao modelo histórico-materialista de Caio Prado Jr: a colônia é uma sociedade sem identidade própria, sua condição de existência é de cunho econômico, seu funcionamento e estrutura são

determinados pelo comércio externo, pois é um empreendimento a serviço do capital comercial europeu.

Fernando Novais vai mais além, ao nos apresentar o “sentido profundo” da colonização, sendo a prática colonial a grande responsável pela acumulação primitiva de capital responsável pela Revolução Industrial, uma vez que grande parte dos recursos extraídos por Portugal de suas colônias foi transferido à Inglaterra. O próprio Novais (1983), que tem como ponto de partida para sua teoria a análise da obra de Prado Jr., ao criticá-lo, nos diz que:

“(...) talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando a análise até a linha do horizonte. "Brasil", é claro, não existia, a não ser enquanto colônia, e é da colônia portuguesa que trata Caio Prado Jr.: a questão é saber se não seria preciso o conjunto do mundo colonial. Expansão comercial europeia é a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; e a questão consiste em saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista. Assim, a análise, embora centrada numa determinada região, seria sempre a análise do movimento em seu conjunto, buscando permanentemente articular o particular e o geral. A análise das formas de acumulação primitiva na gestação do capitalismo parece ser, por outro lado, o caminho para explicitar essas conexões estruturais. O que levaria à reformulação das unhas gerais, e da própria visão do conjunto. Mas, insistimos, é essa uma crítica que parte da análise de Caio Prado Jr., e a incorpora [grifo nosso]” (NOVAIS, 1983).

I.3.2 O Empirismo de Frago e Florentino

A partir da década de 90, nos deparamos com novas visões a respeito do assunto que enriqueceram nossa construção teórica, sobretudo nas obras de João Frago e Manolo Florentino, teóricos que tiveram acesso a um número bem mais relevante de dados e informações sobre a época.

Estes autores argumentaram, a partir de dados empíricos coletados sobre a praça mercantil do Rio de Janeiro, que havia uma maior complexidade na economia colonial que

não a colocava apenas como periferia do capitalismo sujeita ao comércio externo. Havia uma dinâmica interna no comércio brasileiro que conferia maior autonomia à colônia em relação à metrópole.

“a existência de um mercado doméstico e de segmentos produtivos para ele voltados introduz um novo elemento na lógica de funcionamento da formação colonial – referimo-nos à possibilidade de reproduções endógenas (...) o processo de reprodução desses segmentos se dá em meio ao mercado interno, constituindo-se, assim, em movimentos de acumulação introversas na economia colonial. disso infere-se uma maior possibilidade de retenção do sobretrabalho na própria economia colonial e, portanto, de autonomia dessa última diante de flutuações externas” (FRAGOSO, 1998, p. 158).

A atividade principal da praça mercantil do Rio de Janeiro, no papel de ponto de partida de reexportação de produtos e escravos, assim como de centro comprador de produtos do interior da colônia, dá forma a uma rede triangular de transações, tudo isto dentro da colônia (TEIXEIRA, 2006). Havia, inclusive, operações informais de crédito privado, o que evidencia a complexidade já presente neste sistema.

Estes autores, com o intuito de enfatizar o peso do mercado interno na economia colonial, destacavam a diferença, no dispêndio de recursos, entre realizar um investimento no setor agrícola e no setor mercantil: uma loja na praça XV era muito mais cara do que uma boa fazenda com escravos!

A explicação para este fenômeno, que nos parece bastante razoável, vai de encontro com o exposto também por outros autores, em especial Celso Furtado, que se baseava na estrutura da oferta de fatores: a fronteira agrícola ainda encontrava-se aberta, havia abundância de terras férteis e a mão-de-obra, escrava, era barata.

E toda a acumulação proveniente dessas práticas de comércio, servia para alimentar o modo de vida “arcaico” dos lusitanos, que apresentava uma estrutura social caracterizada como parasitária, onde apenas um terço da população era de camponeses. A expansão ultramarina apresentou-se como solução para a perpetuação dessa estrutura, e não como um instrumento para o desenvolvimento capitalista, conforme apresentado anteriormente. O “sentido” da colonização, portanto, seria apenas um projeto social das elites portuguesas de reprodução do arcaísmo presente em sua sociedade (FRAGOSO e FLORENTINO, 1993).

Entretanto, esta simples reprodução não permaneceu estática, assumindo formas de uma bem sucedida empresa agrícola: para justificar este fato, João e Manolo afirmam que as ações desses nobres eram primordialmente políticas e não econômicas. Eles mostram que esses comerciantes, após enriquecerem na atividade mercantil, recorriam à compra de imóveis, terras e escravos, atividades que eram menos lucrativas que as anteriores. E concluem, com isso, que o que eles buscavam era, portanto, status, poder, o que estaria de acordo com a ideia de um projeto arcaizante, não capitalista.

Este raciocínio não é audaz em tentar demonstrar que as ações das elites seriam irracionais, incompatíveis com a lógica capitalista (opinião também proposta por Sérgio Buarque de Holanda): estas decisões poderiam apenas demonstrar uma aversão ao risco.

I.3.3 Breve Análise Comparativa

Contra dados não há o que se contestar: realmente havia uma maior complexidade na economia colonial devido a um mercado interno expressivo que não foi contemplada pelos autores citados no primeiro grupo analisado. Vemos, portanto, que o mercado interno não era tão insignificante como nos mostrava Caio Prado Jr, que o conferia apenas um papel subsidiário na colônia, sendo responsável somente pelo abastecimento interno.

Entretanto, torna-se evidente, a partir da análise das visões de Prado Jr. e Furtado, que os primeiros passos do Brasil como colônia de Portugal foram marcados pela ausência de um mercado interno significativo, sendo seus ciclos econômicos formados por fluxos externos de oferta e demanda.

Fragoso e Florentino, por outro lado, nos mostram que o mercado interno dotava de maior complexidade, e à economia colonial não bastava o status de periferia do mundo capitalista. Neste sentido, percebe-se como ganha força a classe comerciante brasileira.

A empresa agrícola é instalada, segundo Prado Jr, como forma de afirmação territorial, uma forma de ocupação. Já para Furtado, o processo se deu como forma de reação, ou seja, a motivação não era apenas econômica: o impulso de ocupar a terra foi de cunho político-militar e passa, posteriormente, a crescer muito mais do que o esperado chegando a trazer lucros aos cofres portugueses.

Devido ao seu clima tropical, havia no Brasil a possibilidade de geração de produtos considerados de alto valor na Europa (fato que não ocorre nas zonas temperadas da própria América). A colonização nos trópicos toma então, aspectos de uma grande empresa colonial voltada para atender as demandas do exterior.

Neste sentido, Prado Jr. defende de maneira enfática que não existia à época no Brasil um mercado interno, apenas setores voltados para responder à demanda externa (ciclos econômicos externos). A relação colonial era simplesmente metrópole-colônia, e a produção de bens de subsistência então não tinha a menor relevância.

Ao optarem por estudar um período específico da colonização brasileira, séc. XVIII, Manolo Florentino e João Fragoço percebem o processo de desenvolvimento de um mercado interno brasileiro em marcha, o que não foi percebido nem por Furtado nem por Prado Jr.

Por esta breve correlação entre estes autores, pode-se entender melhor o pensamento de Furtado acerca da realidade brasileira à época de sua colonização, o que possibilitará uma leitura mais crítica e contextualizada da teoria furtadiana a ser exposta nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 11 - A ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA COMO PERIFERIA DO CAPITALISMO GLOBAL

II.1 Notas Introdutórias

Ao analisar a formação econômica brasileira, Celso Furtado se preocupou em inserir o país na história global, relacionando o nascimento do Brasil, e suas respectivas práticas econômicas implementadas, como parte de um processo de desenvolvimento e expansão da Europa.

É de suma importância, tendo em vista o entendimento do processo histórico de formação da nação brasileira, analisarmos a lógica da colonização, o que faz com que o período colonial seja nosso principal objeto de pesquisa na busca da compreensão do funcionamento da economia brasileira nos períodos pré-industriais.

Furtado constata, em meio a todos os ciclos econômicos por ele redefinidos, uma situação recorrente de falta de autonomia e dinâmica interna, em que a atividade econômica faz parte de um processo histórico de consolidação do capitalismo enquanto um sistema mundial. Não há, portanto, atores internos a regerem as práticas produtivas - o que se observa é um processo de subordinação, que tem o capital como um sujeito automático.

Em outras palavras, a economia colonial teria apenas uma condição de periferia do capitalismo em evolução, onde não são usados métodos tão característicos do modo de produção capitalista, mas que tem como objetivo a extração do excedente para que se financie a acumulação de capital das metrópoles (TEIXEIRA, 2006).

Era o comércio exterior que constituía o eixo central da economia, não configurando um sistema autônomo, sendo um simples prolongamento de outros maiores. As colônias, portanto, apresentavam grande poder geopolítico, e sua ocupação deu-se por questões de comércio externo.

Para Francisco de Oliveira (2003), a partir da evolução deste processo estavam lançadas “as bases teórico-históricas para a emergência do padrão de relações centro-periferia e a constituição do subdesenvolvimento como formação histórica singular, e não uma fase do desenvolvimento capitalista primitivo em direção à maturidade” (OLIVEIRA, 2003, pp.95).

II.2 Revisão Histórica

Dedicarei esta seção a fazer uma revisão histórica das práticas produtivas realizadas no Brasil nos períodos pré-industriais, analisando os ciclos econômicos redefinidos por Furtado, e apresentando em cada um desses ciclos as condições de falta de autonomia nas tomadas de decisão de produção, de falta de dinâmica interna da economia como um todo e de subordinação e dependência da economia colonial aos movimentos do mercado internacional diante de um capitalismo que passava por um processo de consolidação enquanto um sistema que regeria todo o mundo ocidental.

II.2.1 Do esboço do processo histórico de Furtado

Para ilustrar seu pensamento, Furtado constrói uma complexa relação entre teoria macroeconômica e história para realizar uma espécie de dinâmica das estruturas, que vão constituindo progressivamente o capitalismo no Brasil. Podemos dizer que ele aplica abstrações racionais a uma determinada realidade econômica, o que representa uma tentativa de reconstrução racional da história econômica brasileira ou, como ele modestamente expressou, em *Conversas com Economistas Brasileiros*, “um esboço do processo histórico da economia brasileira” (BIDERMAN, 1996).

Bielschowsky analisa que o livro *Formação Econômica do Brasil*, por exemplo, deve ser visto muito mais como um ensaio de interpretação histórico-analítica de orientação estruturalista e keynesiana do que uma pesquisa histórica em grande profundidade (BIELSCHOWSKY, 2000).

Assim, o objeto da obra seria a análise dos processos econômicos, sua interpretação, e não a reconstituição dos eventos históricos. Por não se limitar à mera interpretação histórica, a análise de Furtado se destacou dentre as dos demais pensadores de história econômica, o que foi bem ressaltado por Coutinho (2008):

“Sua contribuição inicia-se com a incorporação ao enfoque cíclico de uma nova explicação econômica, baseada em poucas variáveis e instrumentos de análise, que

incluem, além do fluxo de renda, o contraste entre recursos abundantes e escassos, e um arcabouço dos mecanismos de ajustamento entre oferta e demanda”. (COUTINHO. 2008, pp. 5)

Será enfatizada neste capítulo, a questão da falta de dinâmica em todas as atividades econômicas do período colonial, muito provocada pela estrutura produtiva e pelo fluxo de renda deflagrado, e da falta de autonomia nas tomadas de decisão pelos atores internos a esse sistema, o que nos mostra a condição de subordinação do país aos movimentos do capitalismo mundial que estava se consolidando.

II.2.2 A Ocupação Portuguesa

Nossa análise inicia-se, assim como na primeira parte de Formação Econômica do Brasil, ainda na descoberta do Brasil, que representou mais um episódio da expansão mercantilista portuguesa.

A ocupação do território brasileiro não se deu, inicialmente, por interesses tipicamente econômicos (e nem culturais), e sim por interesses políticos e estratégicos, uma vez que, inicialmente, as tentativas portuguesas de estabelecer uma exploração lucrativa na nova colônia foram todas frustradas.

A ocupação espanhola, por sua vez, logo se deparou com a abundância da prata e do ouro em seu território, o que fez com que o Tratado de Tordesilhas fosse altamente questionado pelas outras potências européias, que visavam alcançar essa riqueza. Portugal então, assim como a Espanha, se viu obrigado a ocupar sua parte do território definido no tratado, receoso de que outra nação o fizesse.

Tanto a ocupação não era de cunho econômico que ela acarretou, inicialmente, em prejuízo para Portugal, que sacrificou seus recursos, ora aplicado no lucrativo comércio na Ásia, para se afirmar na América. Posteriormente, porém, Celso Furtado nos mostra que a empresa agrícola instalada por Portugal desenvolve-se, ganha mercado consumidor e consolida-se de modo lucrativo e sustentável por um bom período de tempo.

II.2.3 O Ciclo do Açúcar

Ao analisar a chamada “economia escravista de agricultura tropical”, Furtado, que tratou do assunto, em FEB, nos capítulos VIII a XII, foi além de seus antecessores na história econômica da colônia e da nação. Goularti constata que, da interpretação furtadiana dos ciclos econômicos, há uma convergência entre a estrutura produtiva marcada pelo dualismo econômico, em que um setor escravista, exportador, de alta rentabilidade e concentração de terra e renda convive, articuladamente, com um setor de subsistência de baixa produtividade, baseado no trabalho servil. (GOULARTI, 1999).

Veremos que essa dualidade impediria o crescimento do mercado interno, respondendo, conseqüentemente, pelas dificuldades do processo de desenvolvimento brasileiro, como a baixa capacidade de investir, as recorrentes crises fiscais e do balanço de pagamentos e a inflação. Tais conseqüências demonstram o quadro de falta de dinâmica e de dependência externa que é provocado por esse sistema, que apenas se mantém sob a configuração de periferia de um sistema global.

Analisando a cultura canavieira, por exemplo, Furtado considera que o excedente era apropriado pelo senhor de engenho, que concentrava a maioria absoluta da renda. Parte desta renda era investida na aquisição de equipamentos e escravos, sendo que a outra parte era destinada à compra de mercadorias importadas.

“Tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenho e de plantações de cana.” (FURTADO, 1970, pp. 45)

Observamos, portanto, que a acumulação era concentradora e vinculada ao exterior. Os escravos e a população livre não faziam parte do fluxo da renda, e sua subsistência era vinculada a uma agricultura de subsistência e a uma pecuária acessória, que oscilavam de acordo com o desempenho do açúcar e que, portanto, não possuíam vida própria. Furtado observa que: “Sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela” (FURTADO, 1970 pp.59). Goularti conclui o assunto com propriedade:

“Numa economia com alta concentração de renda e escravista, a circulação monetária é insignificante, inibindo a acumulação pulverizada geradora de concorrência. Como resultado, além do desinteresse de Portugal, tínhamos uma carência de base técnica, com o uso de instrumentos rudimentares (o complexo do engenho manteve a mesma estrutura técnica por séculos) e, anacronismo à parte, baixo índice de competitividade” (GOULARTI, 1999).

Furtado constatou uma flagrante dependência e subordinação da economia colonial brasileira aos movimentos do mercado internacional ao observarmos que a expansão da economia depende do dinamismo da demanda por açúcar e da emergência de competidores coloniais. Enquanto a produção brasileira fosse competitiva e os preços internacionais sancionassem lucros elevados, as lavouras seriam estendidas por novas terras.

“A economia escravista dependia, assim, em forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamiento do setor monetário.” (FURTADO, 1970, pp. 52)

Ao passo que a competição internacional foi estimulada e os lucros caíram, seja pela elevação dos custos de produção decorrente da exaustão das terras em boa localização, seja pela queda nos preços do açúcar em decorrência da expansão da oferta sem regulação, o ciclo açucareiro foi se tornando um sistema decadente.

Entretanto, no capítulo XI de FEB, o autor nos mostra que a crise da plantation canavieira não leva à diversificação da economia, nem tampouco a uma substituição relevante de atividades, o que decorre da falta de dinâmica já retratada.

Mesmo na fase expansiva, a ausência de pagamentos em dinheiro e o baixo nível de produtividade na economia de subsistência já bloqueavam os estímulos de demanda a todas as atividades fora do núcleo açucareiro. Na fase de decadência, os plantadores de açúcar não podiam custear a aquisição de novos escravos e/ou a ocupação de nova terra.

Por conseguinte, o sistema açucareiro não desapareceria, mas entraria em um estágio letárgico, com consequências sociais profundas, o que é muito bem explicado pelo autor no capítulo dedicado à formação do complexo nordestino. Cabe lembrar que tudo isso

ocorre em uma economia em que a circulação monetária era irrelevante, o que não apresentava muitas alternativas para a acumulação de capital.

II.2.4 O Ciclo do Ouro

Após o declínio da economia açucareira, a descoberta de ouro no Brasil central, no século XVIII, ensejou um novo ciclo expansivo, cuja análise ocupou a terceira parte do livro de Furtado. A economia escravista mineira, apesar de apresentar um fluxo de renda distinto, representa também um sistema movido pela demanda externa, e padeceu de problemas semelhantes.

Observa-se que o ciclo do ouro aumentou o quadro de subordinação à metrópole, uma vez que havia mais controle sobre a atividade com uma elevada carga de tributos que limitava os lucros. Por conseguinte, nesse momento, o fluxo de riqueza para o exterior teve um aumento considerável: quase toda a acumulação gerada acabou por chegar aos cofres britânicos, maiores credores de Portugal, e há autores, como Fernando Novais, que inclusive afirmam que essa acumulação de capital foi um dos elementos propiciadores da Revolução Industrial britânica (NOVAIS, 1979).

Este ciclo aumentou também a dinâmica da economia colonial: tendo em vista que a firma mineradora não era auto-suficiente, ela dependia de outros setores da economia, sobretudo os ligados ao abastecimento interno, como o de provisão de alimentos. Para tanto, surgiram atividades econômicas com certo grau de relevância fora do núcleo da atividade principal. Mesmo como atividades acessórias, o grau de importância de outros setores se elevou em comparação àquele quadro anterior de precária subsistência, assim como a urbanização e a economia urbana foram estimuladas a níveis inéditos. Entretanto, o desenvolvimento com base nas próprias bases de mercado da região mineira foi praticamente nulo (FURTADO, 1970, cap. XIV).

Desta nova prática decorre, portanto, uma maior diversificação das atividades produtivas, além de um incremento do volume de transações monetárias. O efeito multiplicador expandiu a renda, o que levou a um desenvolvimento do mercado interno, mas não de modo sustentado, devido, sobretudo à leva considerável de imigrantes

aventureiros, ávidos a explorar metais preciosos, que entrou na colônia entre 1700 e 1765, e com baixíssima capacitação tecnológica. Furtado observa a questão com propriedade:

“(...) o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira foi praticamente nulo. (...) o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira. A causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável ”. (FURTADO, 1970, pp. 79)

Era inevitável que as jazidas minerais se esgotariam, sobretudo, se levarmos em consideração o baixo nível técnico adotado, que implicava numa extração irracional. Goularti conclui que, como consequência, a região passou por um processo de atrofiamento econômico-monetário sem precedentes na história americana, provocando a dispersão de uma massa de trabalhadores expostos à economia de subsistência, com baixa produtividade de trabalho, tratados como serviçais (GOULARTI, 1999), o que é contemplado também por Furtado:

“Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fôra um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia.” (FURTADO, 1970, pps. 85-86)

II.2.5 O Ciclo do Café

O terceiro grande ciclo exportador – o ciclo do café – representa um ponto de inflexão na economia brasileira. Na economia de transição para o trabalho assalariado Furtado observa que, entre 1775 e 1850, há um período de gestação da economia cafeeira, com certa estagnação da atividade econômica. Neste período houve queda na atividade agrícola, na pecuária e na mineração, decorrente da exaustão das reservas mineiras. Mas já

por volta de 1830, após a independência, a produção cafeeira já atinge níveis consideráveis, cujo investimento envolve o capital nacional.

As plantações de café logo transbordaram de sua locação original, nos arredores do Rio de Janeiro, para os platôs de São Paulo. O término progressivo do tráfico de escravos levou a economia a uma virada decisiva, na medida em que a expansão do negócio implicou a transição para um regime de trabalho livre. Com efeito, a plantation cafeeira representou a primeira atividade econômica dependente de um uso massivo de trabalho livre no Brasil.

Entre 1850 e 1888, com o fim do tráfico negreiro, a questão da mão-de-obra esbarra na inelasticidade de sua oferta (GOULARTI, 1999). Tal problema foi resolvido de maneira bem específica, a saber, na constituição de um mercado de trabalho baseado na relação assalariada ou semi-assalariada, que demandou uma monumental política de imigração, patrocinada pelo governo.

Com a implantação deste novo regime de trabalho assalariado, emergiu-se uma economia monetária, em que o trabalho, antes remunerado em espécie, agora o seria, mesmo que parcialmente, em moeda. Decorreu, portanto, uma nova dinâmica no fluxo de renda da economia brasileira que se formara, acompanhada de uma estrutura social mais diversificada, proporcionada pela nova divisão do trabalho. Os salários e outras despesas em dinheiro no mercado interno ativaram o mecanismo multiplicador, dinamizando a economia interna. O ciclo do café estimulou a urbanização e a expansão das atividades econômicas urbanas em geral. (FURTADO, 1970, cap. XXI)

Entretanto, esta nova dinâmica não foi capaz de alavancar a economia brasileira a um processo de desenvolvimento endógeno, com diversificação de outras atividades produtivas, permanecendo no atraso, como bem observou Furtado:

“Não conseguindo o Brasil integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante essa etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados, criaram-se profundas dissimilaridades entre seu sistema econômico e os daqueles países”. (FURTADO, 1970, pp. 150)

A dinâmica interna ainda esbarrava na condição de economia de subsistência: apesar do trabalho assalariado ter sido constituído, a permanente disponibilidade de mão-

de-obra nos setores de baixa produtividade estabelecia um teto para os níveis salariais, provocando uma espécie de conexão dos salários dos setores dinâmicos com os rendimentos do trabalho na economia de subsistência, uma vez que houve um grande influxo de trabalhadores antes dispersos nos setores internos para a produção cafeeira, no intuito de aumentarem sua renda.

II.3 Características da Análise Furtadiana

Esta seção englobará as características da análise econômica de Furtado, cujo modelo confere à economia colonial brasileira uma condição de periferia do capitalismo mundial em evolução, deflagrando a falta de dinâmica e autonomia da colônia, que encontra-se subordinada aos movimentos do mercado internacional.

II.3.1 O Modelo Econômico de Furtado

Pode-se ver que Furtado analisa as economias coloniais como depósitos de fatores de produção ociosos ou subutilizados: terra, recursos naturais e trabalho. Assim que um conjunto de fatores faz com que determinada atividade produtiva seja um negócio promissor (cultivo de produtos que atingem elevado grau de demanda externa) ou quando se descobre metais preciosos, é estabelecida uma conexão entre estes fatores e a economia mundial, como nos mostra o autor ao tratar da gestação da economia cafeeira:

“Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional. Desenvolvimento com base em mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança um determinado grau de complexidade, que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica” (FURTADO, 1970, pp.110-111).

Isso demonstra a forma como a tomada de decisões da atividade produtiva é influenciada apenas em conformidade com os rumos e demandas do mercado global, mercado este que se encontrava em plena expansão. Ou seja, é o comércio internacional

que cumpre o papel de mobilizar os recursos antes ociosos e de despertar uma economia adormecida, elevando sua produtividade. Furtado mostra que “para superar a etapa de estagnação, o Brasil necessitava de reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional” (FURTADO, 1970, pp. 110).

O capitalismo mundial, em pleno processo de consolidação, através do comércio externo, tem o papel virtuoso de despertar os fatores internos que, não fora por isso, permaneceriam inativos. Estes fatores, portanto, só se unem e dinamizam uma atividade produtiva quando subordinados aos interesses externos: não há autonomia direta nestas escolhas de práticas produtivas por parte dos agentes internos da economia.

Celso Furtado então estabelece uma conexão entre esta situação da economia colonial brasileira, que pode ser considerada como um dos eixos definidores de uma condição de pré-capitalismo, e os limites para o seu desenvolvimento, realizando também uma análise comparativa com outras formas de economia colonial. A famosa diferença entre colônias de exploração e colônias de povoamento, por exemplo, em *A Economia Brasileira* e em *Formação Econômica do Brasil*, onde ele tece maiores comentários já no capítulo V.

A condição periférica, no que diz respeito ao capitalismo global em expansão, é, portanto, flagrante, sendo a atividade econômica impulsionada apenas quando das “exigências” dos movimentos do mercado internacional, subordinando a economia brasileira a recorrentes situações de especialização que impedem uma maior diversificação econômica, levando a quadros de ociosidade produtiva, desigualdade social e subdesenvolvimento.

II.3.2 Análise Comparativa e Desenvolvimento

As diferentes trajetórias nacionais e o pensamento comparativo contribuíram para que Furtado compreendesse as características estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A análise histórica comparativa não se limitou ao estudo do caso das colônias norte-americanas, englobando também as comparações entre países latino-americanos, o que possibilitará extrair algumas lições para explicar o atraso brasileiro.

Em Raízes do Subdesenvolvimento, Furtado ilustra muito bem essa relação, através da comparação entre a economia brasileira e as economias argentina e uruguaia (FURTADO, 2003). Isso também é muito bem sintetizado por André Tosi Furtado:

“Nos dois países rio-platenses, um setor pré-capitalista de pequena dimensão e a expansão muito rápida da agricultura de exportação, devido a uma farta disponibilidade de terras e à demanda elástica pelo mercado internacional de bens saláris, fez com que logo o setor pré-capitalista desaparecesse e o mercado de trabalho se unificasse. Com isto os salários básicos da economia tenderam a subir, apesar do intenso fluxo imigrantes europeus, que veio atraído por melhores condições econômicas. O pleno emprego, aliado ao forte dinamismo econômico, fez com que no final do século XIX e início deste se constituísse uma sociedade muito mais homogênea apoiada em um padrão de consumo bastante diversificado. No entanto, no contexto da dependência em que essas economias estavam situadas, por se especializaram na exportação de produtos primários, essa relativa maior homogeneidade social acabaria se tornando um obstáculo ao próprio processo de acumulação. A pressão exercida pelo processo de industrialização substitutiva na Argentina acabaria afetando a recuperação da agricultura no pós-guerra quando houve recomposição da demanda internacional por produtos agrícolas de regiões temperadas.” (FURTADO, André. 2005, pp. 6)

Assim como na Argentina e no Uruguai, havia no Brasil um forte setor exportador, que poderia realizar o mesmo processo de unificação do mercado de trabalho e expansão dos níveis de renda. Porém, esse surto de desenvolvimento esbarrou na imensa disponibilidade de mão-de-obra presente nos setores atrasados (além da imigração européia), que inevitavelmente migrou para o setor dinâmico, impedindo uma elevação dos níveis salariais e impossibilitando o processo de homogeneização da sociedade em níveis de renda elevados.

“No Brasil, apesar da pujança da economia do café e do seu elevado nível de emprego, a dimensão continental do país levou a que se estabelecesse uma oferta ilimitada de mão-de-obra, a qual manteria e, até mesmo, acentuaria uma distribuição extremamente desigual da renda. Os fluxos migratórios inter-regionais atuariam como mecanismo de equalização do custo da mão-de-obra reforçando a rentabilidade das inversões capitalistas na região

dinâmica. Contrariamente à Argentina, o Brasil constitui um caso exemplar de industrialização com oferta ilimitada de mão-de-obra.” (FURTADO. 2005, pp.7)

Razões históricas diversas levaram outros países, como os Estados Unidos, a obter sucesso no desenvolvimento auto-sustentado do mercado interno, uma vez que, desde o início da ocupação, a condição colonial destes países baseou-se na reprodução das práticas produtivas (e culturais) européias.

Já países como o Brasil, se viram obrigados a passar por um processo de transição entre a estrutura produtiva dualista agro-exportadora e o desenvolvimento de seu setor interno, o que pode ter ocorrido tardiamente ou, o que é mais importante, sob condições e conseqüências peculiares. Deixando de lado qualquer discussão suplementar sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, o importante aqui é salientar a importância que Furtado concede à dinâmica de absorção/liberação de recursos subutilizados, bem como suas implicações.

O sucesso inicial das colônias de exploração impôs a tais economias uma condição colonial muito difícil de ser superada, impossibilitando a fuga do subdesenvolvimento, pois a fácil integração de tais economias, desde a concepção, com o mercado europeu, limitou a capacidade de diversificação das atividades produtivas, acompanhada de posterior desenvolvimento endógeno.

Já as colônias de povoamento desde o início encontraram fortes barreiras de expansão via integração com a economia mundial, e reproduziu-se nelas o modo de produção europeu, possibilitando a formação de classes de trabalhadores mais homogêneas, formadas por pequenos proprietários, com atividades produtivas menos dependentes, como Furtado nos mostra:

“não foi possível encontrar nenhum produto, adaptável à região, que alimentasse uma corrente de exportação para a Europa capaz de remunerar os capitais invertidos. Com efeito, o que se podia produzir na Nova Inglaterra era exatamente aquilo que se produzia na Europa” (FURTADO, 1970, pp. 22).

Observamos, portanto, como esta condição colonial configurada sob uma espécie de pré-capitalismo exposta ao longo do capítulo acabou por funcionar como um entrave ao desenvolvimento da economia brasileira.

As atividades produtivas do país o inseriram ao desenvolvimento do mercado mundial na posição de periferia do capitalismo, que, por sua vez, expandia-se via comércio internacional. Logo, vemos que a economia brasileira participou do processo de crescimento do capitalismo enquanto um sistema global, mas como ator secundário, sem vontade própria.

“Sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores. (FURTADO, 1970, pp. 95)

O sistema produtivo tinha suas atividades definidas pelos anseios do comércio internacional, não havendo espaço, por sua vez, para a prática de uma diversificação produtiva e uma homogeneização social que possibilitariam o seu desenvolvimento.

A expansão do comércio internacional, apesar de provocar um forte crescimento da empresa agro-exportadora, acabou por aprofundar as raízes desiguais no país, ilustradas pelos ciclos econômicos marcados pelo dualismo produtivo e pela estrutura social extremamente concentradora, pois o crescimento econômico registrado se deu puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais (FURTADO, 1970).

CAPÍTULO III – A ESTRUTURA PRODUTIVA DOS CICLOS ECONÔMICOS

Neste capítulo, serão apresentadas as condições estruturais que, na visão de Furtado, determinaram o funcionamento dos ciclos econômicos praticados no país nos períodos pré-industriais, bem como a dualidade econômica recorrente em cada um deles, deixando clara a condição periférica da economia brasileira à época, uma das características do modelo de economia pré-capitalista.

Recorremos à contribuição de Bielschowsky que, a partir da caracterização da estrutura produtiva brasileira e de seu subsequente (sub) desenvolvimento, observou a apresentação de dois elementos metodológicos que sempre auxiliarão a análise furtadiana, sejam eles a “descrição dos determinantes da expansão e contração da renda monetária a partir dos setores exportadores do país e, intimamente associada, a identificação da formação do seu setor de subsistência” (BIELSCHOWSKY, 2000).

É flagrante a presença destes dois elementos na construção teórica do autor, onde nos é apresentado o dualismo presente em todos os ciclos econômicos praticados no Brasil. Inequívoca também é a associação destes elementos à análise do período colonial de outros países da América, bem como de suas respectivas atividades produtivas.

III.1 Análise Comparativa entre as Colônias

É de fundamental importância ressaltar, neste capítulo, o artifício de Furtado, ao confrontar as raízes do subdesenvolvimento brasileiro com as causas de sucesso do desenvolvimento norte-americano. Isso reflete de forma explícita a preocupação do autor em desbravar as causas históricas que levaram à formação de distintas estruturas econômicas periféricas ao capitalismo europeu em franco desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000). O autor não se limitou ao estudo das colônias setentrionais, preocupando-se também com a análise da formação econômica da América Espanhola, o que será aprofundado a seguir, bem como sua posterior transformação (conforme mostrado no capítulo anterior, relativo às economias argentina e uruguaia).

Em meio à análise de todos os ciclos por ele redefinidos, Furtado realiza, de forma conjunta, uma análise comparativa com o tipo de colonização realizada em outras colônias

da América, pois a formação da economia brasileira é mais bem entendida quando é estabelecida uma relação com outros empreendimentos coloniais feitos. O contraste das conseqüências dos tipos de incursões realizadas só é profundamente percebido ao se estudar a estrutura das práticas produtivas desde o início, bem como os relativos graus de autonomia e subordinação que eram conferidas a cada colônia.

A condição de pré-capitalismo, sob esta ótica, está sempre relacionada à falta de desenvolvimento do mercado interno e à falta de autonomia interna da colônia, e o dualismo econômico, recorrente na estrutura produtiva do país, deflagra essa situação, como veremos a seguir.

Na ânsia de tornar a explicação mais profunda e clara, a análise comparativa de Furtado nos mostrará que economias nascentes que conseguiram se erguer através do mercado interno seriam capazes de alcançar um novo quadro de desenvolvimento, como foi o caso das colônias do norte dos Estados Unidos, que apresentavam pequenas propriedades, uma população mais homogênea, e onde o foco principal não era a exportação de bens primários.

III.1.1 A Empresa Colonial Espanhola

A começar pelo estabelecimento das colônias, Furtado logo nos apresenta o exemplo da América Espanhola, onde se destacava um quadro de subordinação e dependência. Neste caso, o que mais prejudicou o desenvolvimento das colônias foi a descoberta precoce de metais preciosos. A ânsia pela extração mineral fez com que a Espanha não mostrasse interesse em fomentar um intercâmbio com as colônias, ou entre elas: a base da empresa colonial espanhola era apenas a exploração da mão-de-obra.

“A política espanhola estava orientada no sentido de transformar as colônias em sistemas econômicos o quanto possível auto-suficientes e produtores de um excedente líquido – na forma de metais preciosos – que se transferia periodicamente para a Metrópole.”

(FURTADO, 1970, pp. 13)

Realmente houve um enorme afluxo de metais para a Espanha, que acabou por causar profundas transformações estruturais em toda sua economia. O poder do Estado

creceu proporcionalmente ao aumento de sua riqueza, e se manifestou nos gastos públicos, ocasionando um grave quadro inflacionário, que se traduziu em persistente déficit na balança comercial, uma vez que os produtos exportados acabavam saindo mais baratos do que os frutos da produção interna. Além disso, os subsídios proporcionados pelo Estado contribuíram fortemente para aumentar o número de pessoas inativas, reduzindo a participação econômica dos grupos ligados às atividades produtivas, o que acabou por devastar a produção manufatureira espanhola.

A decadência econômica espanhola prejudicou as colônias, que eram limitadas à mineração e ao abastecimento das grandes massas de população indígena com manufaturas pouco desenvolvidas, baseadas no artesanato local, e apresentavam exportações agrícolas insignificantes. Houvesse um mínimo de planejamento e os espanhóis poderiam ter dominado o mercado de produtos tropicais, e ter conquistado o mercado de manufaturados nas colônias. Ocorreu, portanto, um retardamento da transformação positiva das economias de subsistência coloniais.

Conforme apresentada no capítulo anterior, esta decadência da empresa colonial espanhola, ora introduzida, foi explicitada por Furtado como uma das causas do êxito das práticas produtivas portuguesas aqui adotadas.

Pode-se perceber como é inequívoca a preocupação de Furtado em estudar esse caso, pois é flagrante a percepção do dualismo econômico, tão recorrente na economia brasileira, na empresa colonial espanhola à época. O que se observa é, de um lado, uma exploração econômica totalmente voltada para o setor lucrativo, a mineração, sendo clara a falta de preocupação com os setores de abastecimento interno das colônias, bem como a falta de comprometimento em estabelecer uma integração entre elas.

Nota-se como as colônias eram completamente sujeitas às vontades da metrópole, não havendo nenhuma autonomia interna, nem qualquer anseio por uma possível transformação desse quadro, que elevaria a empresa colonial a sair deste mero papel de fornecedora de metais preciosos.

Entretanto, a explicação do sucesso da colonização portuguesa, baseada na exploração comercial da cana-de-açúcar, no século XVI e início do XVII, além de sua decadência posterior, não se resume a esta análise comparativa, pois também é feita em conjunto com a análise do tipo de colonização empreendida nas Antilhas e na América do

Norte. Nessa explicação, o autor oferece o ponto de partida para sua análise posterior, em que se apresentam os contrastes entre as economias norte-americana e brasileira no século XIX.

III.1.2 Colônias do Norte dos EUA

Ao analisar as colônias do norte da América, Furtado observa que estas se desenvolvem como parte de um sistema maior – o elemento dinâmico de sua economia se dá do lado de fora dela: são as Antilhas, colônias produtoras de artigos tropicais. A atividade econômica prevalecente internamente na América do Norte até o século XVII era realizada de uma forma compatível com a pequena propriedade de base familiar, desvinculada do compromisso de remuneração de grandes capitais. (ARAÚJO, 2009, pp.54)

Como resultado, observa-se a formação de uma sociedade com características totalmente distintas das que predominavam nas prósperas colônias agrícolas de exportação: a produtividade média era inferior, mas também era baixa a concentração de renda, formando um fluxo de renda totalmente diferente do diagnosticado nas colônias de exploração de produtos tropicais.

“ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações, em que parte substancial dos gastos de consumo estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações, nas colônias do Norte dos EUA os gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população, sendo relativamente grande o mercado de objetos de uso comum” (FURTADO, 1970, pp. 31).

Em comparação com o dualismo econômico presente do Brasil, vê-se que as duas partes principais do sistema norte-americano (parte dinâmica exportadora e parte de economia de subsistência) estão separadas (Antilhas e colônias do norte), o que, para Furtado, é fundamental para explicar o desenvolvimento subsequente de ambas.

O que se viu nas colônias norte-americanas, foi o surgimento de uma economia similar à européia, dirigida de dentro pra fora, cuja produção era voltada principalmente para o mercado interno, graças também devido a outros fatores políticos e a um conjunto de

circunstâncias favoráveis ao seu êxito. Não havia, na parte interna desta economia, uma separação entre produção para exportação e para o mercado interno, e a abundância de terras, aliada a um regime de servidão temporária, atraía a imigração européia.

A adoção de regimes de trabalho diferentes também é incorporada em sua explicação a cerca da profundidade das diferenças entre estes sistemas produtivos. Como nestas práticas produtivas, ao contrário das rentáveis atividades de exportação, não havia a necessidade de grandes investimentos, acabou-se por optar pela imigração européia, ao invés do trabalho escravo. Formou-se, então, uma população mais homogênea, com baixa concentração e nível de renda, porém com um padrão médio de consumo excelente, que se distribuía por toda a população e formava um grande mercado consumidor de pequenas manufaturas.

“Essa economia apresentaria, provavelmente, um nível de produção Per capita muito mais baixo que o das colônias mineiras espanholas e tropicais portuguesas. Entretanto, é quase certo que as inversões destinadas a melhorar a qualidade de vida dentro da mesma seriam mais elevadas que as que conheceram estas últimas” (FURTADO, 1954, pp. 69).

A sociedade que se formara, portanto, adotava um modo de se comportar que em muito diferia dos grupos dominantes das colônias exportadoras. As diferenças da estrutura econômica necessariamente implicaram grandes disparidades do comportamento dos grupos sociais dominantes nos dois tipos de colônias.

Enquanto nas colônias exportadoras, a elite produtora mantinha suas atividades intimamente ligadas aos interesses dos grandes grupos financeiros da metrópole, e via a colônia como parte destes grupos, nas colônias do norte dos EUA, às classes dirigentes era conferida maior autonomia. Bielschowski afirma que esse foi um fator de fundamental importância para o desenvolvimento da colônia, pois mostrava que nela haveria espaço para arcabouços institucionais capazes de interpretar seus verdadeiros interesses, e não apenas de refletir as preferências do centro econômico dominante. (BIELSCHOWSKI, 2000)

Pôde-se constatar, a partir disso, como as colônias setentrionais não se limitaram à condição periférica, como foi o caso do Brasil. Aos produtores locais, era conferida certa autonomia, e a existência de um forte mercado interno não os deixavam tão sujeitos às flutuações e aos “desejos” do mercado internacional.

Essa análise comparativa é recorrente, sendo apresentada, de forma inevitável, em toda a obra de Furtado a cerca do assunto, a começar por seu primeiro livro “*A Economia Brasileira*” e, mantendo a mesma linha de raciocínio, em “*Formação Econômica do Brasil*”. A todos os ciclos por ele redefinidos, é, não só possível, como de fundamental importância à análise, recorrer a essas antagônicas relações. Trata-se de “um artifício expositivo habilmente empregado pelo autor para reforçar a caracterização da formação da estrutura econômica subdesenvolvida no Brasil” (BIELSCHOWSKY, 2000).

III.2 Dualismo nos Ciclos Econômicos

Voltando às questões “determinantes da expansão e contração da renda monetária a partir dos setores exportadores” e “identificação da formação do seu setor de subsistência”, faremos a análise dos ciclos econômicos praticados no Brasil, a começar pela empresa agrícola açucareira. Daremos, neste tópico, especial atenção ao dualismo econômico constatado no sistema econômico dos períodos pré-industriais no país.

III.2.1 Setor Escravista Açucareiro

O setor escravista açucareiro reunia inúmeras condições necessárias à geração de um desenvolvimento econômico dinâmico, com destaque especial à farta disponibilidade de terras férteis, com uma elevada rentabilidade exportadora, associada à barata mão-de-obra escrava.

Entretanto, esse sistema tendia para uma forte concentração de renda nas mãos dos senhores de engenho (conforme já apresentado no capítulo anterior), que tratavam de revertê-la quase que integralmente para o exterior (via importações ou remessa de lucros a empresários não residentes). Era praticamente nula, portanto, a renda monetária interna criada neste sistema econômico tão lucrativo, por basear-se no trabalho escravo, com baixíssimo nível de consumo interno. (BIELSCHOWSKY, 2000).

Este quadro não enseja, conseqüentemente, a possibilidade de reprodução da renda através de seu efeito multiplicador, uma vez que este se dá de forma interna, não havendo

nenhuma possibilidade de que o crescimento, associado ao desenvolvimento econômico, se desse com base no impulso externo.

“Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo desse lugar a um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão tinha a virtude de ocupar grandes áreas, nas quais se concentrava uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo interno da economia, que não permitia que se articulassem o sistema de produção e o de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento estimulante de desenvolvimento econômico”. (FURTADO, 1954, pp. 78)

Apesar de provocar um rápido crescimento populacional por um processo de ocupação de vasta área territorial, o crescimento da atividade açucareira, baseada no trabalho escravo, não desenvolvia o mercado através da interação entre os sistemas de produção e de consumo, uma vez que o mercado consumidor interno praticamente não existia. Isso anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico.

Além do problema dos fluxos de renda associados ao crescimento econômico, observa-se neste modelo de economia escravista um diferente comportamento de reação às crises, se comparado às economias capitalistas de trabalho assalariado. Diante de uma redução da demanda externa, por exemplo, não seria muito vantajoso ao empresário reduzir a utilização da capacidade produtiva, uma vez que os seus custos eram praticamente fixos. A redução da capacidade produtiva ocorria apenas de forma muito lenta, em decorrência do fato de que, com a queda no preço das exportações, o empresário via-se impedido de enfrentar os gastos de reposição da forma de trabalho e de equipamentos importados.

Deste fato, conclui-se que a unidade exportadora era facilmente capaz de preservar a sua estrutura, mesmo diante de crises. Furtado remete a este assunto lembrando que, mesmo com a crise gerada pela concorrência antilhana, que desorganizara o mercado de açúcar, a unidade nordestina ainda manteve-se por um bom tempo, resistindo em mais de três séculos às mais prolongadas depressões, recuperando-se sempre que as condições do mercado externo melhorassem novamente, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa (FURTADO, 1970, pp. 91).

III.2.2 Complexo Nordeste

A continuar na explicação sobre a preservação da estrutura do setor açucareiro, Furtado descreve como essencial a presença acessória do que ele denomina como o “complexo econômico nordestino”, o qual é constituído pela economia açucareira e por uma “projeção” da mesma, a saber, a pecuária. A criação de gado era basicamente responsável pelo fornecimento do alimento, bem como de seu uso pra tração animal e transporte e, com o tempo, foi avançando a fronteira agrícola, migrando para o interior e estabelecendo-se como uma prática dependente da atividade principal. Representa, portanto, o setor de subsistência do modelo, o lado não-dinâmico do esquema dualista de produção, o qual Furtado dedica o capítulo XI de FEB.

Essa prática produtiva apresentava características totalmente distintas da empresa agrícola açucareira, especialmente no que diz respeito ao nível de produtividade, infinitamente inferior, com baixos graus de especialização e comercialização, que pouco gerava renda monetária.

“O lento processo de retração da atividade açucareira e o próprio crescimento demográfico aumentavam a importância relativa da atividade de menor produtividade do complexo econômico nordestino. A redução da demanda pelos produtos da pecuária, por parte do setor exportador em retração, implicava redução na rentabilidade da atividade criatória, mas não afetava significativamente sua expansão. Ao contrário do caso das plantações de açúcar, a reposição e ampliação de “capital” faziam-se simplesmente pela incorporação de novas terras e da mão de obra livre, isto é, dispensava os gastos monetários com aquisição de escravos e equipamentos importados”. (ARAÚJO, 2009, pp.57)

A partir da retração da demanda pelo setor açucareiro, observamos, portanto, um processo de ampliação da economia criatória, dado com elevação da parcela da força de trabalho ocupada em atividades de mera subsistência. Conseqüentemente, constatou-se uma significativa redução da produtividade média do sistema em seu conjunto. É nesse momento que Furtado destaca o processo de atrofiamento sofrido pela economia

nordestina, que se deu de maneira lenta, estendendo-se do último quartel do século XVII a começos do século XIX. Logo, a renda real per capita da população declinou bruscamente.

Ora, o autor encara a expansão da economia nordestina, durante esse longo período, como representante de um “processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, fazendo com que a produtividade média do setor pecuário declinasse à medida que este crescia” (FURTADO, 1970, pp. 64). Este quadro marcaria presença na estrutura produtiva brasileira.

“É importante observar que Furtado extraiu daí uma conclusão básica para sua caracterização do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo o autor, as formas que assumiam os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório –, no lento processo de decadência que se iniciou na segunda metade do século XVII, constituíram elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira”. (ARAÚJO, 2009, pp.57)

III.2.3 Economia Escravista Mineira

Furtado faz uso do mesmo procedimento analítico relativo à economia açucareira no exame da economia escravista mineira, cuja revisão histórica já foi apresentada no capítulo anterior. O autor explica os determinantes da ocupação territorial, bem como da formação de uma ampla economia de subsistência no Centro-Sul do país, acessória à mineração e assumindo proporções nunca antes relatadas na história do país.

“A economia regional constituída em torno da exploração do ouro em Minas Gerais era extremamente especializada e muito rica. O tamanho da população de origem européia diretamente empregada nas atividades extrativas era significativo, constituindo um mercado interno de tamanho bem superior à economia da plantation, em que a renda estava muito mais concentrada. A economia mineira gerava encadeamentos intersetoriais nas demais economias regionais substancialmente maiores que a economia escravista açucareira do Litoral do Nordeste”. (FURTADO, 2005, pp.3)

O autor observa que a existência de uma atividade de subsistência espalhada pela região, antes mesmo da propulsão na economia causada pela mineração, foi uma situação que em muito influenciou as posteriores dificuldades enfrentadas, dadas a multiplicação da população ao redor das minas e as conseqüentes crises de abastecimento, decorrentes da inexistência de planejamento racional. (BIELSCHOWSKI, 2009)

Toda essa riqueza gerada provoca grande aumento nos preços dos alimentos e dos animais de transporte também nas regiões vizinhas, por onde se irradiavam os benefícios econômicos da mineração. A pecuária acessória assumiu importância muito superior à que se observara na economia açucareira, propagando um ciclo de prosperidade para regiões mais distantes onde se criava gado. A mineração, através do efeito sobre a pecuária, integrou economicamente o Centro-Sul do país.

“Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira foi praticamente nulo.” (FURTADO, 1970, pp. 79)

A explicação para isso não se encontra apenas na análise da rentabilidade superior do investimento em mineração, que tenderia a atrair o capital disponível, nem tampouco através da proibição, pela metrópole, da atividade manufatureira. A causa principal teria sido, possivelmente, “a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala apreciável” (FURTADO, 1970, p. 79).

Como era de se esperar, o declínio da produção de ouro acabou trazendo a essa região, sendo desprovida de formas permanentes de atividade econômica que não a agricultura de subsistência, uma rápida e geral decadência. Rapidamente desarticulou-se toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos. Houve, então, grande dispersão para uma economia de subsistência, espalhada por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações.

Essa numerosa população formou uma massa dispersa vivendo em regime de subsistência, vindo a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Nesse caso, como no da economia pecuária do Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária jamais antes visto.

III.2.4 Café e Mudança no Regime de Trabalho

Conforme exposto anteriormente, após o esgotamento da economia escravista mineira, se deu, então, o surto cafeeiro. Tal prática abre a oportunidade ao país de reintegrar-se a um novo ciclo expansivo do comércio mundial. Após certo nível de desenvolvimento, este setor da economia já se tornara capaz de se autofinanciar em sua expansão subsequente, destacando uma nova classe dirigente que lideraria esse processo expansivo, que esbarra, entretanto, no problema da mão-de-obra.

Furtado recorreu aos mesmos elementos marcadores do dualismo econômico para realizar o estudo da economia cafeeira, concentrando-se na análise da distribuição da população em expansão entre atividades de subsistência e a atividade exportadora, bem como no exame do fluxo de renda gerado a partir do setor dinâmico do período.

Neste tópico, em especial, apresentar-se-á uma questão básica sempre abordada por Furtado em seu debate sobre o desenvolvimento: a pressão baixista sobre os salários reais.

“Na alta, a abundância de mão de obra permitiria a apropriação de um excedente crescente por uma reduzida parcela da população. Na fase de depressão, o prejuízo causado ao setor exportador e ao Estado pela baixa de preços da exportação seria transferido à massa compradora, através da desvalorização cambial” (ARAÚJO, 2009, p.51).

É fácil ilustrar esta situação ao recorrermos à fase do surto do café no Brasil: tratando do problema da mão de obra, Furtado nos apresenta as razões pelas quais a solução tenha sido dada pela imigração europeia.

A explicação do autor para essa alternativa escolhida passa pelo seu entendimento de que a mobilização da mão-de-obra existente no país, enraizada na economia de subsistência, exigiria esforços muito altos, tanto econômicos quanto políticos, uma vez que a massa de trabalhadores dispersa estava arraigada a um forte esquema de organização social subordinada aos grandes proprietários de terra da região (FURTADO, 1970, p. 121).

“Assim, quando surgia a possibilidade de significativa expansão da produção cafeeira, na segunda metade do século XIX, coexistia no país, segundo o autor, uma grande reserva

potencial de mão de obra na economia de subsistência – ao que se somava uma população desocupada urbana pouco apta a regressar ao campo – e uma escassez de braços na lavoura cafeeira. A abolição da escravidão contribuiria para acirrar o problema” (ARAUJO, 2009, p.51).

III.3 Transformações e Desenvolvimento

III.3.1 Pensamento Econômico Furtadiano

O sistema de pensamento de Furtado busca, através da compreensão da formação da economia brasileira, as características que marcaram o seu (sub) desenvolvimento, procurando identificar as raízes dos problemas específicos do subdesenvolvimento, característica marcante da escola estruturalista. O autor busca identificar, portanto, a dualidade tecnológica (ou seja, a coexistência de setores modernos e de subsistência) e uma escassa diversificação no aparelho produtivo, além de sua recorrente preocupação com o estabelecimento de um mercado interno capaz de provocar um desenvolvimento endógeno.

Ao aplicar este método à economia brasileira, a análise de Furtado sugere que, não fosse a defasagem de três quartos de século, é provável que não se tivesse formado no país a economia de subsistência e seu exército de mão de obra subempregada. E que, conseqüentemente, a elevação de produtividade acarretada pelo surto exportador cafeeiro teria implicado elevação salarial e formação de um mercado interno, daí resultando, então, uma estrutura produtiva diversificada e a disseminação de um elevado padrão tecnológico em toda a estrutura econômica, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos.

Bielschowsky apresenta três elementos que compõem a metodologia do estudo do autor sobre essa formação. O atraso relativo do Brasil em comparação com os Estados Unidos deve-se à sua “não integração”, no momento apropriado, nas “correntes em expansão do comércio mundial”. Suas profundas “dissimilaridades” em relação aos países adiantados compreendem a dualidade tecnológica, dada pela formação de uma ampla economia de subsistência, e a pequena diversificação do aparelho produtivo, pela inexistência de condições propícias à geração de um processo cumulativo interno de produção e consumo (BIELSCHOWSKY, 2000).

III.3.2 Independência e Industrialização

Mais a frente, quando já está a tratar da independência das colônias, o autor mais uma vez retoma essa linha argumentativa, já apontando para as causas do grau de desenvolvimento tão distante entre si, que levaram às recém-formadas nações quadros de industrialização completamente diversos. A independência, para a economia brasileira, teria sido uma fase excepcionalmente ruim, levando até a uma contração da renda nacional. Já para a norte-americana, esta foi uma fase de industrialização e de extraordinário dinamismo.

Não havia se desenvolvido no Brasil, à época da independência, um mercado interno forte, uma base técnica e empresarial, muito menos o comprometimento ou simplesmente uma indicação de que a elite daria um seguro apoio a uma possível industrialização, peça chave ao desenvolvimento segundo Furtado.

Ambos estes fatores que faltavam ao Brasil, eram característica marcante da estrutura socioeconômica norte-americana ao fim de sua etapa colonial. Esta contava, inclusive, com uma base industrial.

O desenvolvimento norte-americano apresentou vantagem em poder seguir de forma mais autônoma, devido a uma série de fatores políticos decorrentes de turbulências na Europa, que conferiram à colônia menor fiscalização e influência por parte da metrópole. Era conferida também uma posição “de vanguarda” à economia norte-americana, por ter ocupado lugar na própria revolução industrial européia, por meio da exportação de algodão. Havia ainda a formação de uma corrente de capitais advindos da Inglaterra, tudo mostrando que o desenvolvimento dos EUA, em fins do século XVIII e primeira metade do XIX, constitui um capítulo integrante do desenvolvimento da própria economia européia (BIELSCHOWSKY, 2000).

Já com relação ao Brasil, Furtado chega à conclusão de que o entrave ao seu desenvolvimento industrial seria a carência de mercado interno, base técnica e empresarial e uma elite dinâmica que comandasse o processo. Uma queda nas exportações comprometia profundamente a expansão da indústria têxtil embrionária, dado o baixo nível de consumo interno. Logo, a capacidade de importação de tecnologia também ficava comprometida, impossibilitando um fomento à industrialização.

Pode-se perceber, portanto, que os ciclos econômicos baseados no dualismo, característica marcante da condição pré-capitalista brasileira, deixaram clara nossa situação de periferia do capitalismo em constante evolução. Mesmo quando inseridos no mercado internacional, e livres do trabalho escravo, vimos nosso desenvolvimento se limitar justamente devido à forma como chegamos a essa situação. Todos os séculos marcados pelo dualismo fizeram com que o setor menos produtivo formasse uma massa de mão-de-obra incapaz de dinamizar nossa economia, em virtude de seu baixo poder de compra. Mais tarde, essa mesma massa da população contribuiu para que os salários permanecessem baixos, impedindo um maior nível de desenvolvimento endógeno.

Furtado observa que a unidade exportadora e escravocrata recorrente nos primeiros séculos do país não representava um sistema econômico propriamente dito: a ela não era conferida autonomia e dinâmica própria.

“É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um “sistema econômico” e sim parte dependente de um sistema. Mas, como não existe mobilidade total de fatores entre a colônia e a metrópole, seria impróprio considerar a economia colonial para todos os efeitos parte integrante da metropolitana. Para que cresça aquela, de maneira geral é necessário que cresça esta última. Entretanto, a recíproca não é verdadeira”. (FURTADO, 1954, pp. 63)

A partir desta citação, fica clara a condição pré-capitalista da economia brasileira, onde a falta de autonomia, fortemente aliada à estrutura econômica dualista e concentradora de renda, impedem que o país consiga atingir dinamismo a partir de seus setores internos da economia, sendo sempre sujeito aos movimentos do mercado internacional.

CAPÍTULO IV – FLUXOS DE RENDA

Furtado, ao analisar a formação econômica brasileira, sempre se preocupou em observar o processo interno de acumulação, formação e utilização da renda. A reconstrução racional da história econômica brasileira feita pelo autor teve embasamento em um esquema de fluxos de renda, e o ponto de referência de sua obra sobre o assunto, o qual é freqüentemente recorrido, é o desenho básico destes fluxos, adaptado a cada um dos grandes ciclos da economia brasileira.

Baseando-se em poucas variáveis e instrumentos de análise, o autor desenvolveu sua construção teórica. Além do fluxo de renda, pode-se ressaltar, em sua nova explicação econômica, o contraste entre recursos abundantes e escassos, e um arcabouço dos mecanismos de ajustamento entre oferta e demanda (COUTINHO, 2008, p.5).

Neste capítulo, encerraremos nosso trabalho com a análise da aplicação teórica do esquema dos fluxos de renda em cada ciclo econômico redesenhado por Furtado, sendo tal construção um pilar do modelo de economia pré-capitalista no Brasil.

IV.1 Inversões e Consumo em uma Economia Escravista

Dada a preocupação com a renda, Furtado realiza uma análise do processo de formação de capital em cada atividade praticada no país. Em linhas gerais, esse processo ocorreu sempre em grande escala, pois as condições específicas do meio, como a localização, clima, dificuldade de mão-de-obra, entre outros, acabavam por condicionar as práticas produtivas à reunião de grandes montantes de investimento.

O capital inicial para a implantação da empresa colonial agrícola de cana-de-açúcar era, obviamente, todo importado, resumindo-se a equipamentos e mão-de-obra especializada vindos da Europa. A mão-de-obra indígena era utilizada apenas para trabalhos acessórios, como a provisão de alimentos para o conjunto da população e certos serviços de infra-estrutura.

Uma vez a empresa estabelecida, os gastos monetários eram realizados na importação de equipamentos, determinados materiais de construção e em mão-de-obra escrava. Ao passar do tempo, a importação de mão-de-obra especializada ia diminuindo,

uma vez que ocorria o treinamento dos escravos que mostravam maior aptidão aos trabalhos requerentes de técnica mais profunda.

Depois de efetuadas as importações necessárias, a etapa subsequente do investimento não permitia a formação de um fluxo de renda monetária, ponto este que será de extrema relevância ao longo da exposição deste capítulo.

IV.1.1 Análise Comparativa entre Inversões

Para aprofundar seu raciocínio, o autor aponta as diferenças nas conseqüências geradas na economia entre inversões realizadas numa economia industrial e numa economia exportadora-escravista.

Numa economia industrial, a inversão corresponde a remuneração dos fatores de produção (capital e mão-de-obra), gerando assim renda monetária. Os pagamentos aos fatores, que criam renda a circular na economia, se “somados, reconstituem o valor inicial da inversão” (FURTADO, 1970, p.48).

Já a inversão feita numa economia exportadora-escravista apresenta conseqüências completamente distintas, já que quase todos os recursos aplicados correspondem a pagamentos feitos no exterior (importação de mão-de-obra e equipamentos). O restante se refere à utilização da força de trabalho escravo. Uma vez que o trabalho não é remunerado, o custo de produção resume-se basicamente a custos fixos.

O lucro do empresário era, portanto, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra e o valor do produto do trabalho. Um novo investimento, portanto, implica num crescimento da renda limitado à criação de lucro para o empresário, o que não apresentava nenhuma expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.

“A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades

produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, etc. Estas inversões aumentavam o ativo do empresário mas não criavam um fluxo de renda monetária, como no anterior” (FURTADO, 1970, p.49).

Vemos, portanto, a preocupação de Furtado em demarcar a falta de criação de uma renda monetária interna como uma condição para impedir uma situação de desenvolvimento endógeno no país. Ele não se limita a observar este fato sob a ótica do investimento, pois nesta economia não eram apenas as inversões que não criavam fluxo de renda monetário, sendo também o consumo, que se resumia a importações, provocando concentração e preponderância dos pagamentos feitos no exterior, em relação ao mercado interno.

Grande parte destes gastos era destinada à importação de bens de consumo, e a outra parte se destinava à força de trabalho escrava como prestadora de serviços pessoais. O escravo, nessa situação, assumia o papel de um bem durável de consumo.

Como os fatores de produção pertenciam em quase sua totalidade aos empresários, toda renda monetária gerada ia para as mãos do empresariado. Essa renda, por sua vez, expressava-se no valor das exportações.

IV.2 O Fluxo de Renda nos Grandes Ciclos

IV.2.1 Ciclo Açucareiro

Ao fazermos uma análise do ciclo açucareiro, sob a ótica dos fluxos da renda, podemos enxergar certa mecânica nos atos dos agentes, no que tange aos gastos com consumo e investimento, e nas receitas.

Os gastos dos proprietários de terra, que, como já vimos, são basicamente fixos, são provenientes dos empréstimos realizados junto aos comerciantes de açúcar. Uma parte das receitas de exportação de açúcar, portanto, já tem destino certo: o ressarcimento de tais empréstimos.

Já o lucro líquido do negócio é destinado ao consumo de mercadorias europeias ou a expansão dos negócios. Logo, tanto as inversões quanto os lucros transformam-se em gastos no exterior.

“É fácil compreender que a totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a totalidade do dispêndio monetário teria que expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada e saída de capitais, além do serviço de algum fator de produção cujo proprietário não fosse o empresário local. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em seu conjunto, e o exterior” (FURTADO, 1954, p.76)

O fluxo de renda, portanto, se estabelecia entre a unidade produtiva e o exterior.

Muitos teóricos, ao observarem o fluxo de renda dentro do setor açucareiro acabaram sendo influenciados a comparar seus atributos às características do sistema feudal. O autor desmistifica a diferenciação entre ambos argumentando que o sistema feudal é de base interna, enquanto que a unidade escravista vive totalmente voltada para o mercado externo. O que se apresenta de ponto comum entre tais sistemas encontra-se na existência da remuneração não monetária nas relações produtivas.

“Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo.” (FURTADO, 1970, pp. 50)

Dada a inexistência de trabalho assalariado na economia, os lucros do empresariado representam a única renda monetária. Circula pouco dinheiro no interior do território colonial. Cabe lembrar que este modelo simplificado tem como pressuposto o fato dos escravos serem os responsáveis pela produção de seus meios de subsistência e por outras atividades básicas, como o transporte e a construção civil, atividades por ora consideradas, portanto, como não monetárias.

Assim, o fluxo de renda se resumia a simples operações contábeis. A ausência de fluxos monetários na direção das atividades internas desenvolvidas fora dos limites da firma canavieira é imperativa na sua falta de dinâmica. Como vimos, o sistema de Furtado é dual: produção açucareira (setor dinâmico, alto nível de produtividade) versus setor de subsistência (letárgico, com baixo nível de produtividade, e ausência de excedente).

“No modelo de plantation canavieira de Furtado, toda a renda monetária concentra-se nas transações internacionais. As transações ocorridas no mercado interno são não-monetárias ou absolutamente residuais. A mão-de-obra é escrava e, portanto, não paga. A unidade produtiva principal, o engenho de açúcar – a planta industrial e as lavouras em torno -, constitui o setor de alta produtividade. As atividades econômicas restantes são consideradas “de subsistência”. A expansão da produção é extensiva, não há progresso técnico na agricultura. A terra é o fator livre, ou quase livre, e o capital (incluindo os escravos) o fator escasso. O multiplicador de renda não atua, simplesmente porque não há pagamento de fatores no território nacional – os lucros convertem-se em despesas de importação” (COUTINHO, 2009, p.7).

Havia a possibilidade de crescimento econômico, desde que condicionado ao crescimento das exportações. A expansão da economia dependia do dinamismo da demanda por açúcar e do movimento da competição internacional dentre outras colônias. Enquanto a produção brasileira fosse competitiva e os preços internacionais proporcionassem lucros, a produção se expandiria.

Entretanto, esse crescimento se dava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico brasileiro, devido à falta de condições que propiciassem um desenvolvimento endógeno da economia. Não havia possibilidade de que este crescimento, baseado no impulso externo, originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão.

O mecanismo da economia não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, o que demonstra a falta de dinâmica e de autonomia deste modelo a ser designado de economia pré-capitalista.

Conforme vimos na revisão histórica ora apresentada, posteriormente, a competição internacional foi estimulada, e no devido tempo a concorrência das colônias holandesas

afetaria a produção brasileira. A plantation açucareira brasileira torna-se então um sistema decadente.

Na visão de Furtado, a crise da plantation canavieira não leva à diversificação da economia, nem tampouco a uma substituição relevante de atividades. Mesmo na fase expansiva, a ausência de pagamentos em dinheiro e o baixo nível de produtividade na “economia de subsistência” bloqueiam os estímulos de demanda a todas as atividades fora do núcleo açucareiro. Na fase de decadência, os plantadores de açúcar não podem custear a aquisição de novos escravos e/ou a ocupação de nova terra.

Entretanto, essa crise, acompanhada do atrofiamento de um setor monetário que mal existia, não apresentou nem de longe as características catastróficas das crises econômicas de maior escala global. A unidade exportadora, diante das características já apresentadas, era capacitada para preservar sua estrutura. O sistema açucareiro não desapareceu, mas entrou em um estágio letárgico, impactando a estrutura social da região.

IV.2.2 Ciclo do Ouro

Após o declínio da economia açucareira, a descoberta de ouro no Brasil central, no século XVIII, ensejou um novo ciclo expansivo. A economia mineira representa também um sistema movido pela demanda externa, mas seu fluxo de renda apresentou algumas diferenças em relação ao ciclo açucareiro.

O ciclo do ouro foi de curta duração (as minas esgotaram-se em menos de um século) e permaneceu confinado a uma região bem restrita. Podiam-se constatar grandes disparidades de produtividade entre diferentes regiões. Em algumas regiões, a curva de produção subia e descia num ritmo frenético, causando fluxos e refluxos de população e de renda. As regiões mais produtivas quase sempre eram as de vida produtiva mais curta, devido à ânsia por sua imediata exploração.

O fluxo de renda para o exterior, via tributos, aumentou consideravelmente. Isso ocorreu porque o trabalho da coroa portuguesa de arrecadar os impostos foi facilitado pela pequena dimensão das regiões produtivas, o que aumentou o controle sobre as receitas, e comprometeu a elevação dos lucros da atividade. Diferentemente do ciclo açucareiro, o

ciclo minerador estimulou a diversificação de atividades e intensificou as transações monetárias. O efeito multiplicador expandiu a renda.

“Os escravos eram autorizados a trabalhar apenas nas minas, e não nas atividades de subsistência paralelas. Ao contrário da firma açucareira, a firma mineradora não era auto-suficiente. Dependia de outros setores, especialmente para a provisão de alimentos. Na verdade, o ciclo do ouro estimulou a urbanização e a economia urbana. Admite-se, portanto, a existência de atividades econômicas relevantes fora do núcleo minerador” (COUTINHO, 2008, p. 6).

A renda média da região produtora era extremamente inferior a da economia açucareira na sua fase de prosperidade. Todavia, essa renda era menos concentrada, o que estimula ainda mais o mercado doméstico. Além disso, os artigos importados eram caríssimos, devido ao seu alto grau de inacessibilidade. Havia, portanto, mais atividades ligadas ao mercado interno.

Entretanto, a despeito da existência de uma massa de trabalhadores livres em torno da firma mineradora, o desenvolvimento do mercado interno não levou a um desenvolvimento autossustentado. Segundo Furtado, um dos fatores responsáveis seria a baixa capacitação tecnológica da população imigrante teria restringido o desenvolvimento deste mercado, mesmo com a presença de transações monetárias e de trabalho remunerado monetariamente. Logo, a possibilidade de desenvolvimento endógeno era quase nula.

Com o esgotamento das reservas de ouro, a população naturalmente se dispersou na economia de subsistência. As condições circunstanciais apresentadas impossibilitaram a transição para uma economia dinâmica. À economia mineira restou, portanto, uma pequena agricultura de subsistência de baixíssima produtividade, desaparecendo a mineração e dispersando os núcleos urbanos.

IV.2.3 Ciclo do Café

O terceiro grande ciclo exportador – o ciclo do café – representa um ponto de inflexão na economia brasileira. Este ciclo iniciou por volta de 1830, após a independência e, de forma pioneira, envolvia capital nacional.

Conforme vimos na revisão histórica ora apresentada, a expansão da cultura cafeeira foi tamanha que logo ultrapassou os limites do estado do Rio de Janeiro para São Paulo. As medidas políticas que levaram ao término progressivo do tráfico de escravos levaram a economia a uma virada decisiva, na medida em que a expansão do negócio veio acompanhada da transição para um regime de trabalho livre. A estrutura cafeeira representou a primeira atividade econômica dependente de uso generalizado de trabalho livre no Brasil.

A constituição de um mercado de trabalho baseado no trabalho monetariamente remunerado demandou uma política de imigração massiva, patrocinada pelo governo. Tal estrutura econômica ainda apresenta aspectos similares com a antiga economia escravista, se olharmos para a dependência ao mercado externo. Entretanto, as diferenças são profundas.

No esquema de Furtado, o fluxo de renda do ciclo cafeeiro assume características muito distintas e inéditas, muito em função da implantação e do estabelecimento do trabalho assalariado.

Parte do rendimento proveniente das exportações continua sendo destinado ao pagamento dos bens de consumo dos fazendeiros, que são importados. Entretanto, a partir de então, uma parcela considerável destes rendimentos é convertida em moeda nacional e gasta em salários, além dos outros insumos para a lavoura.

Os salários e outras despesas em dinheiro no mercado interno ativam o mecanismo multiplicador, dinamizando a economia interna, já que agora podemos constatar gastos em consumo que promoverão uma efervescência do mercado interno. O consumo interno promoverá a formação de renda por parte de pequenos produtores e comerciantes que, por sua vez, também consomem: instaura-se o multiplicador, dado que a soma de todos esses gastos terá excede a renda monetária criada pela atividade exportadora. Por sua vez, o processo de urbanização também é acelerado, acompanhado das atividades econômicas que lhe são intrínsecas (FURTADO, 1970).

Há de se convir que o impulso inicial do crescimento do mercado interno se dá pela atividade cafeeira, mas este tem uma capacidade de expansão própria, e pode crescer até mais intensamente do que a economia de exportação.

Como em qualquer atividade voltada para o mercado exterior, a expansão da lavoura cafeeira dependia da demanda externa. Enquanto os preços fossem sustentados em níveis elevados, novos capitais seriam atraídos para a atividade. Já os salários, devido à abundância de terras e mão-de-obra, mantiveram-se a níveis estáveis.

“O modelo de economia cafeeira de Furtado é uma variação de um modelo de crescimento com oferta ilimitada de trabalho: o trabalho e a terra são os fatores abundantes, e o capital o fator escasso. No ciclo cafeeiro, a oferta de mão-de-obra foi garantida por uma dotação inicial de imigrantes, seguida pelo influxo de trabalhadores brasileiros dispersos no “setor de subsistência”, os quais viam na nova ocupação uma oportunidade de elevação do padrão de vida. A permanente disponibilidade de mão-de-obra nos setores de baixa produtividade estabelecia um teto para os níveis salariais, deste modo conectando os salários nos setores dinâmicos aos rendimentos do trabalho na economia de subsistência” (COUTINHO, 2008, pp.7 e 8).

Foi a essa pressão estabilizadora dos salários que Furtado destacou especial atenção, caracterizando-a como o principal entrave ao desenvolvimento endógeno brasileiro. Toda a mão-de-obra ociosa das áreas de subsistência, provavelmente proveniente das outras práticas produtivas que não obtiveram êxito pleno, contribuiu para manter os salários baixos, impedindo um maior crescimento do mercado interno.

Furtado ainda afirma que, caso o volume de mão-de-obra se limitasse à imigração européia, o desenvolvimento poderia ter alcançado níveis mais elevados. O autor ainda volta a fazer o uso da análise comparativa com outros países, citando os exemplos da Argentina (já apresentado neste trabalho) e da Austrália.

Entretanto, a absorção de toda essa mão-de-obra, apesar de manter os salários da atividade cafeeira baixos, teve como consequência o aumento do salário real monetário médio do conjunto da economia, pois a massa que antes pertencia ao setor de subsistência, com fluxo monetário quase nulo, passou a ter renda monetária.

“Em síntese, como a população crescia muito mais intensamente no setor monetário do que no conjunto da economia, a massa de salários monetários – base do mercado interno - aumentava mais rapidamente que o produto global” (FURTADO, 1970, p.153)

O impacto positivo decorria do processo de transferência da mão-de-obra dentre as duas faces do dualismo econômico deflagrado pelo sistema pré-capitalista. A mão-de-obra proveniente do lado letárgico da economia, ao transferir-se para o lado dinâmico, provocava aumento real do nível salarial médio.

Mas as melhorias de produtividade alcançadas na economia de exportação eram facilmente retidas pelos empresários, já que tal sistema não havia sido capaz de criar algum mecanismo que pressionasse a elite a transmitir os ganhos para os funcionários.

Os aumentos de produtividade, por sua vez, tinham respaldo apenas nas variações dos preços do café, logo, não decorriam de aperfeiçoamento da tecnologia aplicada na produção.

IV.3 Considerações Finais

A partir da análise dos fluxos de renda dos grandes ciclos proposta por Furtado, podemos perceber a freqüente preocupação do autor no desenvolvimento de um mercado interno no país que fosse capaz de provocar um processo de desenvolvimento endógeno.

Um ensaio deste processo se deu a partir do fim das empresas escravistas, com o estabelecimento de um mercado de trabalho assalariado no país. Conforme suas explicações iniciais sobre o papel das inversões numa economia, o autor ressalta a importância de uma atividade que fosse capaz de remunerar seus fatores de produção. O pagamento de fatores leva a uma reorganização dos processos produtivos, criando uma renda monetária a circular internamente na economia, ativando o mecanismo multiplicador.

“Os dois pontos a merecerem destaque neste relato são a pressão de vendas (e a decorrente indução à modernização), e a relação entre tal pressão e a existência de um fluxo de desembolsos no interior da comunidade, mesmo quando o produto é destinado ao mercado externo. O pagamento aos fatores origina um fluxo permanente de renda no mercado interno, o qual acaba por abranger todas as cadeias produtivas” (COUTINHO, 2008, p. 11).

Seguindo o raciocínio de Furtado, podemos dizer que, numa economia que apresenta natureza não-monetária nas transações e pagamentos de fatores de produção, não há fluxo circular de renda (monetária), uma vez que estes processos não ativam o mecanismo multiplicador. As despesas não-monetárias podem até mesmo ser contabilizadas como custos, como no caso da subsistência dos escravos (uma vez que elas têm valor). Ainda assim, escapam do fluxo de renda. Já as importações e os pagamentos a fatores no exterior representam vazamentos, o que demonstra que o fluxo se dá com o exterior, e não de forma interna.

Fica clara, portanto, a intenção do autor em realizar a distinção entre os grandes ciclos baseados no trabalho escravo e a economia cafeeira de trabalho livre e remunerado. Furtado ainda nos mostra como toda a massa de mão-de-obra dispersa no país, proveniente das atividades que não obtiveram sucesso e ficaram às margens da subsistência, assumiu a figura de entrave ao desenvolvimento posterior, ao exercer uma pressão baixista sobre os salários da atividade dinâmica exportadora, impedindo um maior desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

Os fluxos de renda constituem, portanto, mais um eixo definidor da condição de pré-capitalismo na economia brasileira, pois eles deixam flagrante a falta de dinamismo interno da economia, aliada à falta de autonomia que essa economia dualista oferece ao país. A convivência entre um setor de subsistência, de baixa produtividade, com um setor dinâmico, voltado para o mercado externo, funciona de várias maneiras, ora apresentadas, como um mecanismo limitador do desenvolvimento do país.

CONCLUSÃO

Observamos que a construção do modelo de economia pré-capitalista de Furtado, dados os ciclos econômicos expostos, compreende dois pontos de partida, a saber, os determinantes da expansão e contração da renda monetária, a partir dos setores exportadores, e a identificação da formação do seu setor de subsistência.

Nesta economia dualista, vimos que a retração da atividade dinâmica aumenta a importância relativa do setor de menor produtividade, o que foi muito bem exemplificado com o Complexo Nordestino, em que a ampliação do capital a custos baixos na pecuária gerava uma hipertrofia na economia de subsistência.

Constatou-se a ocorrência de uma significativa concentração de renda nas fases de prosperidade, seguida de uma socialização das perdas na fase de depressão. A farta disponibilidade de mão-de-obra nos setores atrasados funcionou como um entrave ao desenvolvimento, pois houve uma equalização do custo da mão-de-obra, estabelecendo-se um teto nos níveis salariais.

Tais fatos deflagram um quadro de falta de renda monetária interna, uma vez que nem as inversões nem o consumo geravam fluxo de renda monetário. Nosso desenvolvimento se limita justamente devido à forma como chegamos a essa situação projetada no mercado internacional.

Compreende-se, portanto, que a economia colonial não constitui um sistema econômico, e sim parte dependente de um sistema global, entendimento este decorrente da inequívoca preocupação de Furtado em realizar a inserção do país, e sua respectiva formação econômica, na história global.

Tal entendimento nos leva a aproximar as ideias de Celso Furtado ao pensamento de teóricos como Caio Prado Jr, Roberto Simonsen e Fernando Novais, brevemente apresentados no capítulo introdutório do trabalho, a despeito dos demais citados no mesmo.

Logo, ao fazermos uma amarração destes quadros de conjuntura geopolítica, estrutura produtiva e fluxos de renda da economia, podemos chegar ao completo entendimento da formação econômica brasileira, delineada durante séculos por uma condição de pré-capitalismo, cláusula que embasará toda a construção teórica de subdesenvolvimento a ser proposta por Celso Furtado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tarcisio, VIANNA, Salvador, MACAMBIRA, Júnior. *50 Anos de Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Formação econômica do Brasil, cinquenta anos depois*. In: Revista do Ieb, n° 50. São Paulo: IEB, 2010.

BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luís F.L. e REGO, J.M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CÊPEDA, Vera Alves. *Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento*. In: Perspectivas, vol.28, p. 57-77. São Paulo, 2005.

COUTINHO, Maurício. *A teoria econômica de Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil*. Disponível em <http://www.eesp.fgv.br/_upload/seminario/48a049c82c0f8.pdf> Acessado em 17/04/2009.

_____, Maurício. *A taxa de câmbio em formação econômica do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2009.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____ e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FURTADO, André Tosi. *Celso Furtado e a economia brasileira*. In: Seminário “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 2005.

FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2000.

_____, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática. 1980.

GOULARTI FILHO, Alcides. *O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões*. In: Revista de Economia (Curitiba), Curitiba, v. 23, n. 25, p. 123-137, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MALLORQUIN, Celso. *Celso Furtado – um Retrato Intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANTEGA, Guido. *Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro*. In: Revista de Economia Política, vol. 9 n. 4, outubro-dezembro, 1989.

MENDONÇA, Marina Gusmão. *A formação intelectual de Celso Furtado*. In: Celso Furtado e os Desafios do Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

NOVAIS, Fernando. *Caio Prado: historiador*. In: Novos Estudos Cebrap, v. 2, n. 2. São Paulo: Cebrap, jul. 1983.

_____, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PIRES, Marcos Cordeiro. *A vitalidade da obra de Celso Furtado: o caso de “Formação Econômica do Brasil”*. In: Celso Furtado e os Desafios do Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o pensamento social brasileiro*. In: Estudos Avançados, vol. 19, n. 53. São Paulo, abril, 2005.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. *Capital e Colonização: A Constituição da Periferia do Sistema Capitalista Mundial*. In: Estudos Econômicos, vol. 36, n. 3. São Paulo, 2006.

VIEIRA, Rosângela de Lima. *A presença da história no pensamento de Celso Furtado*. In: Celso Furtado e os Desafios do Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

